BERGAMO, R. B. Educação Especial: pesquisa e prática. Curitiba: ibpex, 2010.

BRASIL, Ministério Público Federal. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular. Brasília: Procuradoria Federal dos direitos do cidadão, 2004.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.626/05, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 17 fevereiro 2020.

BRASIL. Instituto de Geografia e Estatística – IBGE. Estimativas populacionais dos Municípios em 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei Federal nº 10.098 de 2000, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Lei Federal nº 10.436/02, de 24 de abril de 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação Especial. A consolidação da inclusão escolar no Brasil - 2003 a 2016. Brasília, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 6.571/2008, de 17 de setembro de 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. Nota Técnica nº 55, de 10 de maio de 2013.

BRASIL. Decreto Federal n o . 5626/2006. Regulamenta a Lei 10.436/2002 que oficializa a Língua Brasileira de sinais – Libras. 2002. Disponível em. Acesso em: 10fevereiro 2020.

_____. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96). 1996.

Disponível em: Acesso: 16 outubro 2018. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem – deficiência múltipla. Esplanada dos Ministérios, 2. ed. rev. Educação infantil, 4.Brasília, DF: MEC, SEESP, 2010.

_____. Lei nº. 10436, de 24 de abril de 2002. Disposto sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e das outras providências.

CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkiria D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira, v. I. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CHAVES, H. V. Estratégias de Mediação e Construção Compartilhada de Conhecimento entre Surdos. Dissertação do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

FERNANDES, Sueli F. Educação de surdos. Curitiba: IBPEX. 2007.

GOLDFELD, M. A criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio – interacionista. 2ª ed.. São Paulo: Plexua, 2002.

MEC. Ministério de Educação e Cultura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?

option=com_content&task=view&interna=1&id=9061 sala de recursos. Acesso em 07 fevereiro 2022.

NUNES, Sylvia da Silveira et al. Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues? Psicol. Esc. Educ., Maringá, v. 19, n. 3, p. 537-545, dez. 2015.

QUADROS, Ronice M. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. Cad. CEDES, Campinas, v. 26, n. 69, p. 141-161, ago. 2006.

QUADROS, R. M.; SUTTON-SPENCE, R. Poesia em língua de sinais: traços da identidade surda. In.: R. M. Quadros (Orgs.). Estudos surdos I (pp. 110-165).

Petrópolis: Arara Azul. 2006.

PACHECO, J.; ESTRUC, E.; ESTRUC, R. Curso Básico de Libras (Língua Brasileira De Sinais). V.8.08 Pg.01/53 ©Copyright 2008.

POKER, Rosimar Bortolini. Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta de intervenção educacional. UNESP, 2001. 363p.

SOUZA, Regina. Que palavra te falta? Linguística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

# SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LUANA NARDO DE MIRANDA

**RESUMO**

Este artigo aborda a questão da sexualidade ser ainda uma temática que causa certa esquiva no ambiente escolar, principalmente quando se trata da sexualidade infantil. Observam-se conflitos corriqueiros e intervenções

por vezes desproporcionais aos fatos do cotidiano, referentes a estas questões. Parte-se do pressuposto que a ação do docente pode estar embasada em seus conceitos pessoais, advindos de sua formação moral em sociedade, tendo assim referencial não científico sobre o desenvolvimento da sexualidade, ou seja, conceitos pré-estabelecidos. Buscou-se por meio de revisões bibliográficas desmistificar tais conceitos, trazendo para o debate a construção da identidade moral na contemporaneidade e a forma como se impõe a "repressão a sexualidade", consolidando posturas e atitudes que visam inibir a sexualidade nas crianças. Em contrapartida, temos o educando, sujeito em desenvolvimento, tendo a sexualidade como uma das vertentes de sua formação identitária. Por fim, busca-se contribuir para atenuar os conflitos e oferecer subsídios científicos para uma ação mais segura da escola e do profissional de educação.

**Palavra-chave:** Sexualidade. Conceitos. Infância. Sociedade. Educação.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa investigar as possibilidades de atuação do pedagogo referente à temática da sexualidade com crianças de até seis anos, no âmbito da Educação Infantil.

Os autores abordaram este assunto por considerá-lo de grande valia à compreensão sobre a sexualidade infantil, tendo em consideração os diferentes olhares sobre as situações escolares cotidianas consideradas "sexuais" como, por exemplo, a exploração do próprio corpo pela criança, a investigação dos pares, o exibicionismo, a reprodução de atos, etc. Também se faz aqui necessário ressaltar a dificuldade em encontrar material referente a essas questões no âmbito bibliográfico, mostrando que pouco tem sido objeto de pesquisa e preocupação na questão da sexualidade infantil na escola.

Nesta perspectiva se projeta a pesquisa com um caráter exploratório e adentrando em revisões bibliográficas das quais contribuíram teóricos como Michael Foucault e Rita Trevisan que expõem suas concepções históricas da sexualidade, além de Julio Grappa Aquino que estuda a sexualidade no ambiente escolar. Tais teóricos serviram como alicerce para o trabalho, analisando e compreendendo a condição sexual das crianças pequenas de forma explícita e científica, para ajudar a esclarecer as possibilidades de uma forma mais efetiva do pedagogo na educação infantil. No desenvolvimento deste artigo alguns aspectos psicológicos e biológicos foram abordados e analisados pelos mesmos influenciarem diretamente no desenvolvimento e representações sexuais infantis.

Observa-se que existem dificuldades do pedagogo em trabalhar com as manifestações sexuais das crianças pequenas. Uma das hipóteses presente neste artigo, parte do conflito entre a concepção de sexualidade do docente, construída socialmente ao longo de sua vida, e a sua compreensão de eventos desta temática no cotidiano escolar gerando dificuldades de se trabalhar abertamente este tema. Para trabalhar melhor essa hipótese, foi necessário discutir o contexto da formação moral e histórica dos indivíduos que atuam na docência e sua relevância no exercício profissional, esclarecendo assim o processo sócio-histórico da concepção da sexualidade, em particular a infantil.

Este trabalho visa contribuir na formação e atuação dos docentes nos centros e escolas de educação infantil de modo que as compreensões sobre sexualidade infantil, e suas expressões na educação infantil, possam ser baseadas em noções científicas mais esclarecidas e emancipatórias do comportamento humano.

## 2 Breve histórico da repressão da sexual

A temática sexualidade encontra-se nas relações de docentes e crianças, independente da escola e dos educadores realizarem ou não um trabalho dessa ordem. Cotidianamente ocorrem situações cheias de desafios e conflitos, que trazem a tona diversas questões permeadas de repressões, incertezas e mistérios, sem contar com as inúmeras situações de constrangimento tanto para educando, quanto para educadores. E quando se refere ao cotidiano da educação infantil, trata-se do:

> [...] conjunto de práticas, relações e situações que ocorrem efetivamente no dia-a-dia de uma instituição de educação, episódios rotineiros e triviais que ignorando por vezes os planejamentos, constituem a substância na qual se inserem as crianças ou jovens em processo de formação. (GALVÃO, 2004, p. 28).

Assim como as demais instituições sociais, a escola também transmite valores em relação à sexualidade, interferindo na construção da mesma. A situação que se apresenta hoje na educação infantil tem mostrado que este ambiente escolar encontra-se resistente sendo colocado como um "espaço da não sexualidade", pois todas as manifestações desta ordem quando não causam assombro, são impedidas ou ignoradas e o exercício recomendado é "deixar para mais tarde", contrapondo a idéia de Meirelles, que cita:

> Uma educação que não acolhe, que não propicia condições para a satisfação da curiosidade infantil, está inibindo não só essa curiosidade, mas o próprio desenvolvimento pleno da racionalidade humana, pois todo conhecimento, como a sexualidade, é patrimônio da humanidade. (MEIRELLES, 1997, p. 84).

A negação da sexualidade é resultado de um processo histórico, que tem sua origem na cultura européia, passando pela igreja ca-

tólica e que se acentuou com os adventos do puritanismo e do vitorianismo (RIBERO, 1990) movimentos que pregavam um comportamento sexual mais restrito. Tal postura se consolidou posteriormente com a ascensão da classe burguesa, pela utilização do discurso e pelo controle dos aparelhos do estado, como a saúde e a educação, como será discutido na próxima seção (FOUCAULT, 1998).

No Brasil essa repressão se iniciou por meio do catolicismo que defendia e determinava uma postura onde "[...] o uso da sexualidade era apenas destinado à reprodução. Desejo sexual e prazer eram considerados impróprios [...]" (RIBEIRO, 1990, p. 10), criando dessa forma "[...] diante de si um mundo 'anti-sexual'." A repressão sexual imposta pela igreja católica foi tão grande que no início do século XVI a Santa Inquisição utilizou seu tribunal para questionar as práticas sexuais das mulheres no nordeste brasileiro.

O discurso da não-sexualidade, ou da sua restrição, deixou essa temática fora dos interesses da educação formal, principalmente quando se trata de educação infantil, onde ainda se conserva a idéia de ausência da sexualidade (FREUD, 2002, p. 177). Esse tema só ganhou diferentes conotações recentemente, no ano de 1995, quando o Ministério da Educação (MEC), coordenou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que representam o discurso oficial para a Educação. Só então o tema se tornou "curricular" para as escolas:

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nessa vida, `curriculum vitae`: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2001, p. 150).

Porém, estabelecer parâmetros e diretrizes legais não trouxe a sexualidade de fato para dentro das escolas, uma vez que o próprio docente, por vezes, carrega em sua prática as concepções que se estabeleceram socialmente. Depois de tanto tempo de repressão e discursos controladores, observa-se conseqüências na formação moral dos indivíduos que hoje atuam na docência na educação, em particular, nesse caso, a infantil. O professor carrega para sua prática noções e princípios com base sociais pré-estabelecidas o que por vezes acarreta em situações de choque entre sua moral e o comportamento da criança.

## 3 As interferências sociais sobre a atuação do docente

Observa-se conflitos que ocorrem dentro dos centros de educação e escolas de ensino infantil relacionados à sexualidade da criança, como possiveis masturbações, reprodução de atos sexuais, perguntas eróticas, brincadeiras corporais com os pares e, simultaneamente, os efeitos causados no corpo docente com a consequente negação do fenômeno. O docente em atuação não pode ignorar os dilemas complexos que o profissional da educação enfrenta para atuar perante tais manifestações. Ignorar esse entrave cultural do educador é abandonar um dos pólos causadores do embate. Focar a criança e seu desenvolvimento é primordial, mas a atenção à condição histórico-social do docente é ponto vital para esclarecer o motivo da sexualidade ainda permancer entre os objetos obscuros do ensino escolar.

Por esta via, faz-se necessário analisar a formação moral do docente como cidadão, antes mesmo da sua formação profissional, considerando que este indivíduo está inserido em uma sociedade com determinado contexto histórico, se tornando vulnerável a uma vastidão de influências culturais que constituem sua personalidade, de modo que "[...] a construção da identidade é tanto um processo simbólico quanto um processo social que tem efeitos ou conseqüências materiais na vida dos sujeitos." (FURLANI, 2007, p. 283).

O conceito de sexualidade é temporal e, segundo Foucault, as estruturas das sociedades é que determinam atravéz do discurso a trajetória moral dos comportamentos. No Brasil além da influência católica, dos ideais vitorianos e puritanos, observa-se o interesse da classe burguesa, que determina uma sociedade economicamente focada sobre a necessidade de regular a produtividade dos indivíduos, criando mecanismos e padrões de controle rígidos frente às posturas sexuais dos indivíduos. Isso significa que quanto maior o controle sexual, maior o controle na produtividade laborial. É nessa ótica fortemente propagada pelos aparelhos ideológicos do Estado que se forma a concepção social sobre sexualidade. Tal concepção influi na constituição dos sujeitos que se tornarão docentes da educaçao infantil, e assim, carregam para sua prática traços das suas experiências religiosas, familiares, sociais, etc. (FOUCAULT, 1998).

Esses discursos trazem muitas vezes uma concepção de infância idealizada, pura e assexuada. Por isso, corriqueiramente o docente revestido de seus pré-conceitos ignora as possibilidades das manifestações sexuais, até enfrentá-las no cotidiano da educação infantil. "Uma característica da idéia popular sobre o instinto sexual é que ele está ausente na infância e só desperta no período da vida descrito como puberdade." (FREUD, 2002, p. 177). Essa é a primeira fonte de dificuldade que o profissional da educação encontra para uma melhor concepção da sexualidade das crianças de zero a seis anos. Dispersa, entre outros préconceitos, apresenta-se o mito da criança ser um ser puro e a sexualidade uma questão imprópria, limitada ao universo adulto, afastando professores dos conhecimentos fundamentados sobre o desenvolvimento infantil:

Faz parte da opinião popular sobre a

pulsão sexual que ela está ausente na infância e só desperta no período da vida designado puberdade. Mas esse não é apenas um erro qualquer, e sim um equivoco de graves consequencias, pois é o principal culpado de nossa ignorância de hoje sobre as condições básicas da vida sexual. (FREUD, 2002, p 177).

Nesta perspectiva podemos analisar que o professor que chega a sala de aula, antes de tudo é um sujeito social, "Antes que planejamos nossa aula, a vida nos planejou. Os professores são mais que os livros que leram, os discursos que ouviram, as correntes pedagógicas que se impuseram." (FREIRE, 1995, p. 09). O docente que exerce sua atividade não é somente formado nos bancos acadêmicos e sim também através do contexto no qual se originam seus paradigmas como crenças, regras e moral coletivas, nas quais formulou seus ideais sobre certo e errado. Este conjunto de conceitos acompanha o docente e influencia o mesmo em sua prática.

O pedagogo na educação infantil diversas vezes se encontra em situações de conflitos no curso e depois de sua formação acadêmica, mas para superar estes conflitos faz-se necessário conhecer os processos de desenvolvimento de seu aluno, para que sua prática educacional supere o senso-comum e tenha um caráter científico. Existem processos biológicos e psicológicos que norteiam a sexualidade, o que a leva para  além da esfera social.

## 4 O aluno enquanto indivíduo em desenvolvimento

Esta sessão tem como objetivo estabelecer a criança como, sujeito em desenvolvimento, onde a sexualidade se manifesta, além de ser um elemento psicológico estruturante da sua formação subjetiva.

A criança desde seu nascimento encontra-se em um processo de construção de identidade. Nesse processo a sexualidade é um dos elementos constituintes de seu desenvolvimento psicológico. Ao contrário dos mitos estabelecidos socialmente que afirmam uma não sexualidade infantil. Freud definiu a sexualidade desde o nascimento, passando por diferentes fases: oral, anal, fálica ou genital, latência e puberdade. Cada uma dessas fases comporta uma série de atitudes, padrões e curiosidades naturais ao desenvolvimento biológico e psicológico (MARTINS, 2008, p. 45). É comum, por exemplo, a criança na fase fálica voltar à atenção para o seu órgão genital, pois é nesse período que nasce o prazer na manipulação e exploração de si, parte do processo de autoconhecimento do corpo, portanto, da apropriação de si.  Porém, na escola comumente essa situação é definida como masturbação, gerando uma apreensão em torno da atitude maior que o necessário, por vezes, até de forma traumática.

É interessante observar as características de cada fase, conhecer esse desenvolvimento, para estabelecer relações entre o olhar do adulto e a ação da criança, perceber as diferenças entre a representação de uma atitude: o que ela significa para um adulto, não necessariamente significa para uma criança. Para isso, é interessante explicitar com um pouco mais de atenção o percurso da sexualidade infantil e conhecer como se dá cada etapa de seu desenvolvimento, garantindo assim um fundamento para novas perspectivas e interpretações.

## 5 As fases do desenvolvimento sexual da criança na educação infantil

A sexualidade faz parte do desenvolvimento do indivíduo desde o momento de sua concepção. O que dificulta a interpretação desta é não conhecer como se dá esse processo. Desde o início do século XX alguns teóricos tem se debruçado sobre este tema, porém, encontramos em Sigmund Freud uma definição adequada das fases sexuais e a infância.

Observa-se que existe um "percurso" da sexualidade infantil, que passa por quatro fases: oral, anal, fálica e latência. Esse trajeto abre o leque de possibilidades de atitudes que podem ser consideradas naturais ao desenvolvimento humano. Então é necessário acompanhar com atenção cada etapa.

A primeira é a fase Oral, que começa no nascimento da criança e dura até por volta dos dois anos, nesse período, os prazeres da criança estão concentradas na região da boca. Bebês possuem curiosidade aguçada e nesse período, tudo o que lhe fornece contato íntimo vem por meio da boca (mamar, chupar chupeta, comer e golfar) (FREUD, 2002). Por isso, atitudes por vezes até desconhecidas pelo professor, como o morder os pares, nada mais são que a vontade de internalizar o objeto de desejo, ou expressar suas emoções. Para a criança nessa fase oral, a realização está em colocar para dentro do seu corpo aquilo que ela deseja, seja um brinquedo, a comida, o seio da mãe ou o próximo. É a única forma que ela discerne para se fazer isso é via boca. O que resulta em mordidas, chupões, brinquedos na boca e etc.

A segunda etapa da sexualidade infantil é chamada de fase Anal, é quando a criança começa a deixar as fraldas, o que geralmente ocorre entre os dois e três anos. Nesse período a atenção da criança se volta ao controle do esfíncter (controle sobre as fezes). É natural que nesse período a criança detenha a atenção naquilo que seu corpo produz, além de potencializar o prazer no contato com os adultos envolvendo as trocas (MARTINS, 2008). Não é incomum nos meninos a incidência de ereções, nas meninas lubrificação vaginal no momento da troca ou da evacuação, uma vez que o controle dos músculos envolvidos ao defecar gera uma sensação de prazer e orgulho sobre o produzido.

A terceira etapa desse percurso sexual começa entre os três anos e dura até mais ou menos os cinco anos de idade, sendo denominada fase Fálica ou Genital. Nesse momento a criança atenta para as regiões genitais, pois se intensificam a exploração de si e se possível dos próximos, de modo que "a atenção se volta para o próprio órgão sexual e nasce o prazer em manipulá-lo." (MARTINS, 2008, p.45). Nesse período é que a criança evidencia a diferença entre meninos e meninas, uma vez que consegue definir seu próprio sexo, o que incita sua curiosidade (FREUD, 2002).

Reconhecer a diferença e descobrir órgãos sexuais capazes de proporcionar prazer introduz este individuo, em amadurecimento biológico, em um universo que por vezes choca os adultos. Não é incomum nessa idade a masturbação (excitação voluntaria dos órgãos genitais) e os jogos sexuais (exploração do corpo dos amigos, brincadeiras de toque, esfregar genitálias, etc.). Porém para a criança, essas situações não são práticas sexuais como se concebe socialmente, ligadas a relação sexual, é simplesmente a exploração de sensações prazerosas (MARTINS, 2008).

E, por fim, a quarta e última etapa da sexualidade infantil, a fase da Latência. Essa etapa da vida das crianças começa geralmente a partir dos cinco anos e é uma época de intensas descobertas e mudanças sociais que acabam diminuindo a atenção sobre as questões sexuais, uma vez que a criança se volta ao desenvolvimento intelectual, social e questões de outros cunhos, o que desvia temporariamente determinadas curiosidades. "A curiosidade sexual existe, mas é canalizada em grande parte para o desenvolvimento intelectual e social" (MARTINS, 2008, p.45). Porém, se trata de inibição e não uma nulidade sexual, que ainda continua ativa, mas em menor intensidade.

Estas fases da sexualidade que se iniciam lá na primeira infância podem ser uma direção ao docente para conceber determinados acontecimentos do cotidiano escolar. Elas abrem margem para a discussão e possíveis direcionamentos dentro das unidades de educação infantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Superação dos pré-conceitos, a possibilidade da escola de educação infantil se posicionar frente à sexualidade

Analisado que determinadas atitudes ganham no contexto escolar dimensão de supervalorização, percebe-se que esses conflitos muitas envolvem a formação moral dos educadores, em choque com a realidade do desenvolvimento infantil, ficando em aberto as possibilidades de atuação dos centros e escolas de educação infantil.

Traçar uma postura e oferecer formação continuada referente a estas questões seria uma possibilidade para atenuar atritos. Uma vez que quando a escola não se mostra com clareza, não possui uma postura definida frente à sexualidade, abre-se uma lacuna onde o docente, por vezes, acaba preenchendo-a de acordo ao seu conceito de certo ou errado. Por tal motivo, não raro são relatos de intervenções desastrosas, até traumáticas. Uma vez que o professor se impõe com rispidez, alvoroço, asco ou atitude semelhante, ele pode estar bloqueando uma via de comunicação da criança, minando sua curiosidade, eliminando seu espírito investigativo e criativo, como se observa:

Sabemos que o aprendizado, de uma forma geral, está subordinado à primeiras curiosidades infantis. A não satisfação das curiosidades da crianças sobre a sexualidade gera tensão e ansiedade na medida em que se constituem em questões significativas para cada sujeito e em núcleos importantes que impulsionam o desejo de saber ao longo da vida. A paixão pelo aprender articula-se com o prazer que também é vivido no âmbito da sexualidade. A sexualidade, assim como a inteligência, será construída a partir das características singulares e de sua articulação com o meio e a cultura (SAYÃO, 1997, p. 113).

É compreensível que o aluno desta idade, como em qualquer outra faixa-etária está em processo de aquisição de valores e códigos sociais, por isso, a escola pode e deve apresentar limites, questões ligadas a respeito, espaço público, privacidade e etc. Não se defende que tenha a naturalidade do desenvolvimento infantil como base para uma "liberação" de qualquer atitude, que pode ser inapropriada ao momento, mas, sim, que seja observado como as intervenções a estas determinadas ações poderão ser feitas, buscar garantir que ocorram com cuidado e clareza científica, norteando as atitudes das crianças quando necessário, sem repressão, sem exposição ou dimensão desproporcional, respeitando o aluno.

Esse processo de respeito e compreensão da sexualidade como elemento natural ao desenvolvimento da criança, pode ser considerado desde a elaboração do Projeto Político da escola, quando ela define suas posições, uma vez que a construção desta postura é uma produção coletiva, na qual está envolvida a comunidade escolar, a gestão, o quadro de apoio, os docentes e discentes. Além de que, posteriormente, o Projeto Político será documento regulamentado e irá ser objeto direto dos conteúdos e procedimentos pedagógicos que acontecerão no decorrer do ano, dando referências e oferecendo possibilidades.

Porém, a elaboração do debate sobre esta temática no intuito de propor uma postura frente a tal questão (sexualidade infantil),

abre um questionamento recorrente: "Qual o profissional responsável por tal ação dentro da escola? Qual a formação necessária, para atuar e/ou fazer projetos sobre sexualidade na escola? É necessário um professor biólogo?". Em resposta a tais questões a legislação dá respaldo para a atuação profissional de qualquer educador presente na escola e oferece garantia legal para que este atue com segurança, uma vez que a sexualidade é desde 1995 um tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que tem validade em todo território brasileiro.

O PCN propõe que qualquer profissional pode se responsabilizar por um trabalho de Orientação Sexual e "não constitui pré-requisito que o professor seja da área de Ciências, já que não se trata de abordagem predominantemente biológica da sexualidade" (MEC, 1998, p. 332), se destacando que o mais importante nessa situação "[...] é que seja alguém que tenha um bom contato com os alunos e, portanto, um interlocutor confiável e significativo para acolher as expectativas, opiniões e dúvidas, além de ser capaz de conduzir debates sem impor suas opiniões." (MEC, 1998, p. 331).

No caso da educação infantil em particular, além de um bom contato com o aluno acha-se necessário um discernimento ao lidar com os pares tendo sensibilidade e assim compreender suas dificuldades ou entraves, para somente depois propor qualquer projeção, que envolva diálogo, possibilidades, perspectivas e projeto, tanto para trabalhar com os alunos, como para os educadores, inclusive nos momentos de formação. Os objetivos nesse caso são diferentes dos traçados nos projetos pedagógicos envolvendo o aluno (para a sala de aula) e os destinados a formação do educador, pois com os profissionais trata-se de uma desconstrução e reconstrução conceitual no campo da sua atuação, dado que o aluno geralmente está no seu percurso natural de desenvolvimento, sendo assim, são duas demandas distintas.

É importante questionar os motivos de profissionais de educação abordar diversas outras questões complexas como: racismo, violência, drogas, desemprego, etc. E se esquivar da sexualidade, muito provável, por ainda se influenciar pelo mito de que esta sexualidade não faz parte da constituição da criança, tornando-se assim, objeto secundário.

Fica nítido que o educador na escola de educação infantil poderá manter-se fiel aos seus paradigmas religiosos, familiares, psicológicos, sociais, enfim, preservar seus princípios, manter sua personalidade. Porém, é uma questão ética que este tenha o discernimento de seu papel profissional e seu compromisso educativo, em garantir um desenvolvimento saudável do individuo, concebendo que a sua atuação é profissional e não pessoal, o educador não pode se tornar um "doutrinador". E a escola cabe fazer o possível para impedir que esses valores externos não continuem a atravessar seus muros, infringindo o direito de todos a uma escola, pública, laica e gratuita, que visa o desenvolvimento pleno do indivíduo.

Reconhecer, assumir uma postura, oferecer formação continuada aos docentes, buscar recursos e qualificar profissionais para trabalhar a sexualidade em todos os âmbitos na escola é uma saída possível para minimizar os danos causados ao educador e o educando. Reconhecer a sexualidade infantil como natural ao desenvolvimento biológico, tendo uma influência positiva no aprendizado quando bem trabalhada, sendo ela fonte da curiosidade e descoberta de si e do mundo parece ser urgente.

Portanto, não se pode esquecer que a esfera infantil é um universo que exige dentre tantas outras competências: sensibilidade, habilidade e conhecimento. É na primeira infância que o individuo vai lançar suas raízes culturais, é lá na educação infantil que se começa a construção da sociedade vindoura, por isso, é necessário definir uma posição política da escola: pode-se continuar a propagar o senso-comum, deixando-o tomar corpo e se tornar verossímil, ou, repensar sua postura e abrir o leque de possibilidades, trazer para dentro aquilo que causa espanto e trabalhá-lo, buscando a mudança de paradigmas e uma construção mais digna de subjetividades.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais. Brasília, 1998.

DAOLIO, Jocimar. Da Cultura do Corpo. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A Vontade de Saber. Trad. de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Graal, 1998.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Tradução de Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

FURLANI, Jimena. Mitos e Tabus da Sexualidade Humana – subsídios ao trabalho em Educação Sexual. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GALVÃO, Izabel. Cenas do cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MARTINS, Ana Rita. O Assunto é Sexo. E é sério. Revista Nova Escola, São Paulo, n. 214, Agosto. 2008.

MEIRELLES, João Alfredo Boni de. Os Ets e o gorila: um olhar sobre sexualidade, a família e a escola. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.